

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**O TRABALHISMO BRASILEIRO EM SANTA MARIA
(1951 – 1954)**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Joaquim Osório Marques

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**O TRABALHISMO BRASILEIRO EM SANTA MARIA
(1951 – 1954)**

Joaquim Osório Marques

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Brasil, da
Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do
grau de
Especialista em História do Brasil

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Especialização em História do Brasil**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

O TRABALHISMO BRASILEIRO EM SANTA MARIA (1951 – 1954)

elaborada por
Joaquim Osório Marques

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA

Diorge Alceno Konrad, Dr.
(Presidente/Orientador)

Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr. (UFSM)

Gláucia Vieira Ramos Konrad, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 22 de Fevereiro de 2011

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

O TRABALHISMO BRASILEIRO EM SANTA MARIA (1951 – 1954)

AUTOR: JOAQUIM OSÓRIO MARQUES

ORIENTADOR: DIOERGE ALCENO KONRAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 22 de Fevereiro de 2011.

No cenário político brasileiro, o governo Vargas (1951-1954) apresentava propostas desenvolvimentistas para a Nação, com um discurso nacionalista. Vargas, beneficiado por seu personalismo, carisma e legitimidade junto à população, desenvolveu uma política pragmática e trabalhista, na qual incentivou o desenvolvimento nacional e consolidou uma legislação social por meio do assistencialismo estatal. Esse estudo identifica os pressupostos básicos do trabalhismo brasileiro, e a sua influência política no meio local, Santa Maria. Desse modo, foi importante averiguar a atuação dos edis trabalhistas no Legislativo Municipal santa-mariense, envolvidos em embates políticos com os partidos opositores, na busca de alternativas para solucionar as necessidades da comunidade. Santa Maria, caracterizada por ser um reduto getulista-trabalhista, inseriu-se nas propostas políticas sociais de Vargas, demonstrando a sua relação com o contexto nacional, especialmente quando os representantes trabalhistas no Parlamento Municipal santa-mariense prestavam solidariedade ao governo Vargas nos momentos de realizações consideradas benéficas para a Nação brasileira, bem como nos momentos de crise política.

Palavras-Chaves: Trabalhismo; Segundo Governo Vargas; Santa Maria; Política.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Post-Graduation Program in History
Universidade Federal de Santa Maria

THE BRAZILIAN LABOUR IN SANTA MARIA (1951 – 1954)

AUTHOR: JOAQUIM OSÓRIO MARQUES

ADVISER: DIORGE ALCENO KONRAD

Date and place of defense: Santa Maria, February 22TH, 2011.

In the Brazilian political scenery, the Vargas government (1951-1954) presents developmental proposals to the nation, with a nationalist discourse. Vargas, benefited by his personal approach, leadership and legitimacy to the population, developed a pragmatic and working politics, in which it stimulated the national development and it consolidated a social legislation by means of the welfare state. This study identifies the basic presuppositions of the Brazilian PTB political party, and its political influence in the local environment, Santa Maria. Stated thus, it was important to verify the acting of the former PTB councilmen in the city Municipal Legislature, who were involved in political confronts with the opposition parties, searching for alternatives to solve the community necessities. Santa Maria, characterized for being a “getulista-trabalhista” (former political party in Brazil – PTB, regarding Getúlio Vargas) stronghold, which was inserted in the social-political propositions of Vargas, demonstrating its relation with the national context, especially when the working representatives in the Municipal Parliament santa-mariense gave to solidarity to the government Vargas in the moments of realizations considered beneficial to the Brazilian nation, as well as in the moments of political crisis.

Key words: “Trabalhismo” (Former Political Party PTB); Second Government Vargas; Santa Maria; Politics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS PARTIDÁRIAS

- Partido Comunista do Brasil (PCB).
- Partido Libertador (PL).
- Partido Socialista Brasileiro (PSB).
- Partido Social Democrático (PSD).
- Partido Social Progressista (PSP).
- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).
- União Democrática Nacional (UDN).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL: 1951-1954.....	8
3. O PARLAMENTO SANTA-MARIENSE: 1951-1954.....	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
6. FONTES PRIMÁRIAS E FONTE ORAL.....	39

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo identificar o trabalhismo brasileiro, no Segundo Governo de Getúlio Vargas, juntamente com suas variáveis no âmbito nacional, assim como seus reflexos na política santa-mariense, representados por intermédio de discursos nas atas da Câmara Municipal de Vereadores e dos jornais locais, no período de 1951 a 1954. No primeiro momento, buscou-se apresentar a análise da trajetória de Getúlio Vargas, destacando a sua postura desenvolvimentista e nacionalista e as suas ações trabalhistas para os trabalhadores brasileiros.

Nesse enfoque, inserem-se, também, as demais atividades que envolveram o segundo mandato de Vargas. Desde a atuação do Partido Trabalhista no cenário brasileiro, passando pela formulação de programas políticos baseados em questões sociais, pela importância do Estado em sua relação com os trabalhadores, assim como as diferentes questões geradoras da instabilidade e da crise política, as quais causaram o suicídio de Vargas.

No segundo momento, procurou-se contextualizar o cenário político de Santa Maria, por meio da atuação dos edis trabalhistas no Legislativo Municipal, envolvidos em constantes embates políticos com os partidos opositores, conforme consta nas atas das sessões da Câmara de Vereadores daquele período. Priorizou-se, ainda, compreender as relações do Parlamento Municipal santa-mariense com a política nacional, enfatizando o momento político brasileiro e seus reflexos, evidenciados pelos representantes trabalhistas da cidade, bem como contribuir, sob novo olhar, para a construção da história local.

A importância desse trabalho está centrada em apresentar as matizes trabalhistas nacionais e a sua absorção pelos vereadores trabalhistas santa-marienses, os quais, envolvidos em acirrados embates políticos, defendiam e divulgavam o programa trabalhista, redirecionando os mesmos para a política local, numa tentativa de sanar as dificuldades da população de Santa Maria.

Desse modo, a metodologia adotada fundamentou-se por meio da pesquisa em fontes documentais e fonte oral, buscando-se nas atas das sessões da Câmara Municipal de Vereadores, nos jornais *A Razão* e o *Diário do Estado*, e nos depoimentos pessoais de Lenir Agostini, bases de conhecimentos inerentes ao tema proposto.

A pesquisa, também utilizou-se de fontes bibliográficas, sendo consultadas inúmeras obras, que contribuíram para a elaboração da pesquisa.

2 O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL: 1951-1954

Em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Dornelles Vargas tomou posse como Presidente da República no Brasil, representando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo qual fora eleito constitucionalmente, por meio do voto popular direto nas eleições de 1950. Nessa perspectiva Neves (1989, p. 101), define que:

[...] Vargas iniciou seu segundo mandato como Presidente do Brasil buscando, em consonância com a pregação eleitoral realizada em sua campanha, adotar medidas que possibilitassem uma maior interação governante-trabalhadores. Procuraria também colocar em prática propostas econômicas nacionalistas e de mobilização da classe operária.

Retornando ao poder, Getúlio priorizou o aceleração da economia do país, apresentando propostas de uma política desenvolvimentista¹. Na leitura de D'Araújo (1999, p. 129):

[...] Vargas trouxe de volta seu discurso dos anos 30, ou seja, a afirmação de que a construção do Estado Nacional estava intimamente ligada à obtenção da justiça social, e que esta só se realizaria por meio do desenvolvimento autônomo do país. Suas propostas de governo incluíam melhorar os níveis de vida da população, estabelecer uma distribuição da riqueza mais justa e ampliar as oportunidades de emprego e de salário, para que o país alcançasse a estabilidade econômica e a justiça social.

Percebeu-se que Vargas teria suas atividades governamentais desenvolvimentistas controladas por meio de um modelo econômico nacionalista², com objetivo de diminuir as desigualdades sociais, aumentando o índice de empregos, fixando salários e fortalecendo o protecionismo interno, a fim de igualar o distributivismo da renda no País.

Entretanto, a arena política brasileira na década de 1950 era destacada pela pluralidade de partidos políticos, cenário em que as legendas apresentavam distintas propostas para o desenvolvimento do Brasil.

É pertinente demonstrar, no cenário político brasileiro da época, as agremiações partidárias, que ocupavam maior destaque.

¹ Getúlio defendia a necessidade que o Brasil possuía de uma industrialização na qual o Estado interviria mais diretamente, através das empresas estatais e das empresas de economia mista, promovendo assim, o desenvolvimento (SKIDMORE, 1969).

² Nacionalismo em sentido mais amplo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado Nacional, que se sobrepõe às ideologias dos partidos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

O PTB nascera em 1945, com a finalidade de ser o suporte político e ideológico da classe trabalhadora, tornando-se o principal elemento de sustentação da política getulista. Conforme Neves (1989, p. 35):

O PTB representava, portanto, um esforço de Vargas em cultivar sua popularidade entre os trabalhadores e os sindicatos, unindo Presidente e operários em um único partido político. Se, por um lado, a natureza desse vínculo governante-trabalhadores transparecia como definidora de um forte caráter de manipulação dos trabalhadores, por outro, não deixaria de ser uma possibilidade de maior participação desses mesmos trabalhadores no contexto político nacional, tendo como organização o PTB.

A mesma autora entende que o PTB contava com o apoio da classe média, por meio de setores do Exército, comerciantes, pequena burguesia e, principalmente, trabalhadores urbanos.

Enquanto isso, o Partido Social Democrático (PSD), reunia interventores estaduais, definindo-se como um partido conservador³, possuindo o apoio dos latifundiários e das grandes indústrias nacionais. Bodea (1992, p. 15), enfatiza:

Este partido surge a partir das forças das interventorias estaduais (os governos nomeados por Vargas), e representa uma tentativa de centralizar as forças oligárquicas locais fiéis a Vargas numa estrutura partidária que tivesse algumas tinturas reformistas e fosse fiel a um programa nacionalista. [...]. No entanto, tal qual ocorrera com a UDN, no seio do PSD também passaria a prevalecer uma tendência liberal-conservadora, vinculada às oligarquias e elites locais.

Neves (1989) exemplifica que o PSD, juntamente com o PTB, apresentavam claramente suas matizes, incentivando o carisma de Vargas e todo o seu personalismo.

Nota-se que Getúlio, além de seus métodos carismáticos para com a sociedade, mantinha forte apreço junto ao PSD e ao PTB, que se declaravam solidários às propostas políticas de distributivismo estatal, do assistencialismo, do desenvolvimentismo e do fortalecimento da economia nacional, defendidas por Vargas.

Em relação à União Democrática Nacional (UDN) e o seu programa político, Chacon (1985, p. 381-382) salienta:

O capital estrangeiro deveria ser bem recebido e estimulado no país [...], o governo deveria limitar ao mínimo o movimento de remessa de lucros ao capital internacional dentro do País [...], a intervenção do estado seria apenas para orientar as deficiências econômicas dando liberdade total para os investidores nacionais e principalmente os estrangeiros, rumo a reconstrução nacional.

³ Resistência a inovações políticas, que não fossem maduramente estudadas (CHACON, 1998).

Entendeu-se que a UDN mantinha o apoio de setores da burguesia nacional associadas ao capital estrangeiro, grupos liberais com forte identificação regional e, a partir de 1945, tornar-se-ia representante fiel da oposição política ao governo de Getúlio.

Já o Partido Comunista do Brasil (PCB), segundo Neves (1989, p. 50), possuía um vasto número de militantes, inquietando as legendas políticas conservadoras, que percebiam com desagrado “o crescimento organizado de um movimento que englobava no seu seio militantes de um partido que não tinham um compromisso real com Vargas e com a manutenção da ordem econômica e social burguesa dominante do país”.

Dessa forma, por manter uma mentalidade política contrária aos interesses da burguesia nacional, em um mundo bipolarizado entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA), o PCB foi posto na ilegalidade em 1947, durante o Governo Eurico Dutra. Porém, suas ideologias socialistas, pairavam no cenário político nacional, influenciando o nascimento do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com aceitação no meio intelectual e penetração no sindicalismo da classe operária. Além disso, os comunistas adotaram atitudes contrárias ao governo de Getúlio, como infere Neves (1989, p. 51):

Com a decretação da ilegalidade do PCB em 1947, seus militantes a partir de então na clandestinidade, passaram a adotar uma posição crítica e oposicionista [...] ao segundo governo Vargas, paradoxalmente, o Presidente por cuja manutenção no poder haviam lutado poucos anos antes.

Além do PTB, PSD, UDN, PCB (ilegal) e PSB, existiam outras bandeiras na conjuntura política da época, como o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido de Representação Popular (PRP), partidos menores e sem a abrangência dos demais.

Em termos políticos, evidenciava-se que Vargas estava envolvido num quadro partidário acirrado, visando formar um grupo de apoio as suas ações governamentais. Sem pressão oposicionista, deixa transparecer sua estratégia pluripartidarista, em busca de uma formação política conciliatória, contemplando as principais agremiações políticas do País na representação do seu novo Ministério. A essa postura, D'Araújo (1999, p. 104) descreve que: “buscava governar sem oposição e sem os recursos policiais com que contara em sua primeira administração”.

Assim, o novo Ministério ficou destacado da seguinte maneira: O PTB, divulgador das aspirações getulistas, foi agraciado com o Ministério do Trabalho, Indústria, e Comércio. Mas, no parecer de Neves (1989, p. 105):

Para os petebistas e para Danton Coelho, escolhido Ministro do Trabalho, e que fora incansável na organização do PTB e nas negociações preliminares ao pleito eleitoral, a cota de um só ministério não era considerada suficiente. Os petebistas gostariam de ter um espaço maior no governo uma vez que não só haviam sido a linha de frente da campanha que elegera o Presidente, como também de há muito, eram o principal baluarte da divulgação do culto a Vargas, junto às classes populares.

Nesse sentido, ficava evidente que o ressarcimento ministerial de Getúlio em busca de bases políticas aliadas, excluía do PTB a possibilidade de beneficiar-se com mais de uma pasta administrativa, gerando desconforto aos integrantes do Partido. Porém, no entendimento de Doratioto (1991, p. 18), “foi uma medida favorável para o partido, porque ganhou o controle dos sindicatos operários patrocinados pelo governo”. Assim, o PTB conviveu contradições internas no início do segundo mandato de Vargas, mas gradativamente o núcleo partidário foi tomado por linhas inovadoras, que se fortaleceram internamente, expandindo um poder de mobilização social mais amplo, que seria essencial aos propósitos varguistas.

A exemplo do que ocorrera com o PTB, as demais bandeiras políticas também foram agraciadas na distribuição administrativa varguista. De acordo com Doratioto e Dantas Filho (1991), o PSD foi favorecido com os ministérios da Fazenda, das Relações exteriores, da Justiça, Educação e Saúde, enquanto o PSP ficou com a pasta da Viação e Obras Públicas, e, por sua vez, a UDN sagrou-se responsável pelo Ministério da Agricultura. No entanto, a fragilidade da composição ministerial definida por Vargas, tornou-se evidente no momento em que a UDN, mesmo recebendo do Governo o Ministério da Agricultura, não demonstrou reciprocidade nas táticas de aproximação getulista, aumentando sua postura antagônica e reforçando seu papel de oposição.

Enquanto o cenário político estava envolvido numa disputa interna por maior representatividade política, Getúlio compôs seu Ministério, e voltou-se para o programa fundamental de seu governo. Isto é, a aceleração contínua da economia brasileira, interligada com o dirigismo estatal, que na referência de Neves (2001, p. 185), “tal objetivo de dotar o país de uma ampla rede de indústrias de base e de infra-estrutura controladas pelo Estado fundia duas concepções: estatismo e nacionalismo”.

Assim, percebia-se um conjunto de medidas numa proposta governamental para a consolidação industrial, a modernidade e o desenvolvimento nacional, buscando favorecer as aplicações de capitais no Estado. Para Skidmore (1969, p. 126), a disposição do Presidente “iria facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez que estes investimentos não comprometessem os interesses fundamentais do nosso País”.

Desse modo, embora Vargas estivesse neste momento no auge do seu crescimento político e com propostas desenvolvimentistas para a Nação, seu segundo governo enfrentou uma acirrada oposição em relação às suas metas de atuação, obrigando o Presidente a manobrar suas ações governamentais, num clima de conflitos e dificuldades políticas, existentes entre 1951 e 1954. No entender de Reckziegel (1996), as complicações internas, como a inflação, geradora de tensões sociais, e as preocupações em obter financiamento externo, que viessem ao encontro do seu programa desenvolvimentista, foram problemas constantes enfrentados no segundo governo de Getúlio.

Envolvido no lema do desenvolvimento nacionalista, Getúlio Vargas aproximou suas propostas a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão que teria por objetivo, conforme Haffner (2002), revalorizar a economia, modificando as estruturas dominantes, auxiliando os Estados latino-americanos na busca do desenvolvimento econômico por meio da industrialização. Desse modo, entendem-se as pretensões de Vargas, as quais priorizam grandes investimentos públicos nos setores de energia, indústrias de base e transporte, repassando ao Congresso Nacional, em 1951, inúmeras alternativas para solucionar a linha de desequilíbrios existentes no País. Dentre as propostas getulistas, Silva (1978, p. 137) destaca a elaboração do “plano Nacional do Carvão; o Serviço Social Rural; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB); e o Programa do Petróleo Nacional, por intermédio da criação da Petrobrás”⁴, que seriam vinculados ao controle majoritário do Estado. O autor ainda argumenta que todas essas emendas eram relativas ao progresso nacional e teriam, por objetivo, dominar novas fontes de energia por meio do carvão, apoiar os trabalhadores rurais, desenvolver a renda e economia na região empobrecida do Nordeste brasileiro, aumentar a estrutura rodoviária do País e, sobretudo, suprir as deficiências petrolíferas do Estado, uma vez que havia o gradativo aumento do consumo do petróleo e seus derivados.

Referente a questão do petróleo, Silva (1978, p. 138) salienta:

[...] as condições geográficas do País, que impõem a expansão do tráfico rodoviário e aéreo, além do emprego de combustíveis líquidos em navios e locomotivas, tendem a agravar cada vez mais a nossa dependência em relação ao petróleo. Para podermos acelerar o progresso do país, desenvolvendo os transportes rodoviários, aeroviários, a dieselificação das ferrovias, a navegação, a mecanização da agricultura e as indústrias básicas e de consumo, numa taxa maior do que se verifica presentemente, o consumo de derivados do petróleo deverá aumentar mais ainda.

⁴ Em 1952, o governo propôs a Instituição de uma empresa mista com controle majoritário a ser exercido pela União, e que teria por objetivo, pesquisar, extrair, refinar e comercializar o produto (D'ARAÚJO, 1999).

Assim sendo, as questões pertinentes ao petróleo, seguida por enaltecida propaganda do governo, levou ao envolvimento de boa parte da sociedade brasileira, a qual, motivada em passeatas e comícios, elevou seus valores patrióticos, na forte campanha nacional “o petróleo é nosso”, incentivando o poder público para que essa fonte energética fosse mantida sobre o controle da União. Sob este ponto de vista, a Petrobrás representou naquele período, a marca mais forte do nacionalismo brasileiro.

Entretanto, as discordâncias ideológicas floresceram entre as diferentes camadas sociais, colocando em choque, segundo Fausto (2002), o acirramento interno nas Forças Armadas, num confronto ideológico entre a ala nacionalista, defensora da industrialização estatal, contra os entreguistas⁵, setor do Exército favorável ao capital estrangeiro e solidário a uma menor intervenção do Estado na economia, sem defender qualquer perspectiva na indústria estatal.

Entendeu-se que, além desses embates de alternativas entre os militares nacionalistas e entreguistas, evidenciaram-se fissuras e contradições existentes no cenário político social do segundo governo Vargas, o qual conviveu, neste período, com dificuldades impostas pela oposição política e um complexo antagonismo entre as camadas sociais burguesas e populares.

Entretanto Getúlio Vargas, para elevar a supremacia energética como suporte para o avanço da economia brasileira, visando à aplicação de recursos monetários, articulou, em 1952, a criação do Banco do Desenvolvimento Econômico (BNDE), cuja expectativa, conforme Silva (1978, p. 143), seria “atuar como agente do Governo nas operações financeiras que se referirem ao reaparelhamento e ao fomento da economia nacional”. Nesses interesses, compreende-se que a finalidade do BNDE, seria financiar empréstimos a juros baixos para a formação de indústrias nacionais, incentivando o desenvolvimento por todo o País, numa perspectiva de sanar as desigualdades regionais, promovendo novos auxílios de capital para superar a pobreza nos estados brasileiros.

Em 1954, seguindo a sua linha nacionalista na busca da auto-suficiência econômica, de acordo com Silva (1978) Getúlio Vargas apresentou, ao Congresso Nacional, o planejamento de criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás), possibilitando a exploração das fontes naturais de energia, ampliando a construção das empresas hidrelétricas, a fim de expandir a rede energética em todo o território brasileiro. Com finalidades paralelas a Petrobrás, a Eletrobrás viria a ser um complemento para alargar os meios de energia nacional.

⁵ Termo utilizado pelos militares nacionalistas radicais, para ridicularizar os seus opositores (FAUSTO, 2002).

Porém, esse programa viria a ser aprovado somente mais tarde, em 1961, durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Concomitantemente, com as expectativas nacionais desenvolvimentistas, tornou-se perceptível que Getúlio deparou-se com o acirramento oposicionista de setores da burguesia nacional ligadas ao capital estrangeiro, além de sofrer fortes críticas e posicionamentos negativos, vindos da política conservadora da União Democrática Nacional. Foi nesse clima político de tensões e nacionalismo que a população passou a sofrer gradativamente com o avanço inflacionário⁶, em virtude da alteração na distribuição de renda, ocasionando um custo de vida muito elevado, atingindo de forma intensa os operários urbanos⁷, principal vértice de legitimação das ações governamentais. Estes, amparados por suas sedes sindicais, declaravam greve por reajustes salariais, paralisando diferentes setores da economia brasileira.

Nesse universo, em suas medidas para contemplar os trabalhadores, Getúlio Vargas fortaleceu sua política trabalhista proveniente do Estado Novo, com um programa associado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em que se articulavam estratégias e reformas políticas para oferecer vantagens aos trabalhadores. Sobre o trabalhismo brasileiro desenvolvido por Vargas, Neves (2001, p. 174) define que:

[...] o trabalhismo apesar de um viés paternalista getulista que era sua semente e que o marcou como tatuagem desde seus primeiros tempos, não só correspondeu a um programa de reformas sociais, nacionalista e desenvolvimentista, como também se constituiu em uma doutrina caracterizada por apresentar um projeto de cidadania bastante específico, no qual se mesclaram elementos da social-democracia e do assistencialismo estatal.

A autora infere ainda que o trabalhismo no Brasil teve no PTB, sua principal identificação política partidária, com programas voltados para o meio social. Ao analisar esses programas Neves (2001, p. 175) destaca os seguintes temas:

Direitos trabalhistas; garantia de emprego; [...]; políticas públicas/ sociais voltadas para o lazer, a saúde, a educação, a proteção à infância e a maternidade; política de planificação econômica dirigida pelo Estado; [...]; extinção do latifúndio improdutivo e adoção de uma política agrária voltada para a distribuição de terras e fixação do homem rural no campo; [...].

⁶ Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o custo de vida, em 1950, subiu 11%, enquanto que o aumento em qualquer dos anos anteriores, desde 1945 era de 6% ao ano. Aumentou mais 11% em 1951, e avançou para 21% em 1952 (SKIDMORE, 1969).

⁷ A classe operária urbana encontrava-se desarticulada dentro da política. Votavam mais como massa do que como classe. Suas aspirações eram exploradas pelos políticos. Este grupo não recebia reajuste salarial desde 1943 (Idem).

Com base nesses aspectos, compreende-se a preocupação petebista na defesa dos problemas sociais, como vértice principal da sua política.

Entretanto, no entender de Neves (2001, p. 177-8), as aspirações do programa inicial do PTB, sofreram alterações e, mesmo tendo mantido como principal característica a interlocução com os trabalhadores, o PTB evidenciou a existência de três principais tendências ideológicas políticas, “os getulistas pragmáticos”, “os doutrinários trabalhistas”, e “os pragmáticos reformistas”. Nesse cenário, Neves (2001, p. 177-178) complementa:

- *os getulistas pragmáticos*, conformados por burocratas vinculados à estrutura do Estado através do Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados ao corporativismo sindical oficial. Sua hegemonia no partido data dos primeiros anos de atuação do PTB, se estendendo de 1945 até mais ou menos 1954. Sua principal referência foi o próprio Getúlio Vargas.
- *os doutrinários trabalhistas*, que eram os intelectuais orgânicos do petebismo e se inscreviam em uma orientação trabalhista socializante, que propugnava uma maior desvinculação do partido com o Estado. Sua influência no partido começou em torno de 1948, com Alberto Pasqualini, e se estendeu até a década de 60 [...].
- *os pragmáticos reformistas*, que atuaram principalmente a partir da segunda metade dos anos 50 e amalgamaram em sua prática político-partidária características da tendência getulista e da tendência doutrinária. Seu principal expoente foi João Goulart, que ganhou maior projeção no PTB após sua passagem pelo Ministério do Trabalho, quando do segundo governo Vargas. (...). Na verdade, uma rede de trabalhistas reformistas se formou em diversos estados da federação. [...] alimentaram o fluxo das proposições nacionalistas que contagiaram a militância partidária e se tornaram hegemônicas na agremiação por aqueles anos. [...].

Entende-se, assim, que o espaço ocupado pelo trabalhismo na sociedade brasileira representou uma presença significativa, sugerindo a necessidade de Vargas recorrer com mais ênfase aos métodos pragmáticos trabalhistas, nas ocasiões de dificuldades governamentais.

É importante, nesse universo, reforçar a leitura de AGOSTINI (2003, p. 26), sobre a presença no cenário político brasileiro dos anos 1950, deste “princípio formador do PTB, os chamados doutrinários trabalhistas”. A autora argumenta que “essa tendência teve no gaúcho Alberto Pasqualini seu maior teórico”, responsável por apresentar ao PTB, “um conjunto de princípios caracterizados pelo social que fundamentam a relação capital-trabalho, pregando um capitalismo solidarista, e o trabalho como fonte de distributivismo...”.

Dessa forma, Alberto Pasqualini, contribuiu com a estruturação do PTB doutrinário, inserindo na agremiação partidária suas concepções sociais, propondo uma melhor distribuição de renda, por meio do distributivismo igualitário, paralelo a uma intensa busca pela solidificação do trabalhismo como doutrina política partidária.

Nessa ótica, é importante demonstrar a conclusão de Ruas (1986, p. 29), quando infere:

Para Pasqualini, era necessário que o PTB se posicionasse frente a todos os sistemas políticos e econômicos existentes, a fim de poder oferecer soluções para os diversos problemas nacionais. Destacou ainda três funções inerentes aos partidos políticos: Doutrinária – que consiste em levar as idéias ao conhecimento de toda a população, a fim de conscientizá-la em relação aos problemas nacionais e soluções possíveis; Eleitoral – que se realiza através do voto popular, pelo qual o partido tem condições de atingir o poder; Política – que consiste na prática, na resolução dos problemas através do Estado.

Notou-se o engajamento de Pasqualini sob estes três aspectos como base fundamental, que viria a orientar e compor sua doutrina trabalhista no PTB, ressaltando a necessidade de conhecimento social sobre as dificuldades nacionais, a relevância do eleitor no meio partidário e, sobretudo, comprometimento do Estado para com os problemas da sociedade.

Ruas (1986, p. 30), complementando, observa que “o ponto de partida para a elaboração da Doutrina Trabalhista foi a concepção acerca do valor do trabalho”. Enfatiza, ainda, que para Pasqualini “a essência do Trabalhismo”, vem a ser “o reconhecimento de que qualquer ganho ou remuneração deve ser proporcional ao valor social do trabalho executado pelo trabalhador”, valorizando o trabalhador, que seria reconhecido por meio do seu trabalho na sociedade, atingindo, assim, uma forma de igualdade e justiça social.

Nas considerações de Neves (2001, p. 191), Pasqualini desenvolveu um conjunto de idéias cuja finalidade seria “orientar a atuação do PTB”, perante a sociedade brasileira: Entre estas idéias, a autora (Idem, p. 192) destaca:

- manutenção de alguns setores da economia nas mãos de iniciativa privada. [...] os referentes às riquezas do subsolo e as fontes de energia, deveriam se manter sob direção do Estado.
- [...] financiamentos de cooperativas de bens, de serviços e de produção agrícola, moradia para o trabalhador, financiamento de obras e assistência social [...].
- manutenção e aperfeiçoamento da legislação trabalhista;
- incentivo ao cooperativismo;
- investimento público em educação.

Inserem-se, também, nesse procedimento, o constante interesse de Pasqualini em criar alternativas e soluções para a sociedade brasileira, incentivando os recursos públicos, no sentido da educação, obras sociais, produção agrícola, e moradia aos trabalhadores.

No entanto, o PTB presenciou um conflito interno, conforme pontua Neves (Idem), em que Alberto Pasqualini e seus pares censuravam o excesso de personalismo da agremiação na figura de Vargas, entrando em choque com a corrente getulista pragmática, por intermédio de acirramentos que perduraram até o fim da primeira metade dos anos 1950. Percebeu-se, assim, que Pasqualini sugeria a desmistificação do líder único e do paternalismo.

Nesse enfoque, pondera-se que as diferentes correntes de pensamentos no interior do PTB contribuíram para as agitações decorrentes na segunda administração de Getúlio Vargas, que objetivando conquistar a confiança e a credibilidade da sociedade, utilizou-se de seu pragmatismo e de discursos motivadores. Dessa forma, buscava amparo na classe trabalhadora, de forma paralela a uma base política popular, para promover seu projeto econômico nacionalista, apresentando reformas trabalhistas como o assistencialismo estatal e a organização dos trabalhadores em sindicatos oficiais, para suprir os anseios dos mesmos.

Em primeiro de maio de 1951, em seu pronunciamento, na cidade do Rio de Janeiro, Vargas deixou transparecer sua política pragmática para o trabalhador brasileiro no seu programa desenvolvimentista:

Preciso de vós, trabalhadores do Brasil [...] chegou por isso mesmo, a hora de o governo apelar para os trabalhadores e dizer lhes: uni-vos todos em vossos sindicatos como forças livres e organizadas. O sindicato é a vossa arma de luta, a vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política (Presidente Vargas *apud* D'ARAÚJO, 1999, p. 110).

Nessa perspectiva, Vargas utilizava-se exaustivamente de seu personalismo, carisma e paternalismo, numa forma de atrair a comoção e a solidariedade do povo para com suas metas trabalhistas. Entretanto, Getúlio era perturbado pelas gradativas reivindicações populares, que no entendimento de Ferreira (2005, p. 102), “não seriam nada fáceis, levando-se em consideração a queda dos salários, o processo inflacionário crescente e a atuação repressiva do então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Segadas Viana”. Isso levou Vargas a introduzir novos meios de estabilização estatal. A principal medida foi reorganizar seu Ministério, no decorrer de 1953, numa alternativa de reconquistar o apoio popular, agora enfraquecido, e impedir sua transação para o lado da oposição udenista.

Dentro desse contexto de alterações ministeriais, a mais significativa foi à nomeação do presidente nacional do PTB, João Goulart (Jango), para o Ministério do Trabalho, um político com ligações sindicais por meio do Partido e com boa representatividade perante os trabalhadores. Sobre esses aspectos, Ferreira (2005, p. 104) descreve:

Goulart na presidência partidária e à frente do Ministério do trabalho, não apenas revigorou o trabalhismo, dando-lhe um novo perfil, mais definido ideologicamente, [...] como também estampou no PTB a marca de partido reformista e incentivou os trabalhadores a participarem da vida política do País. Contudo, [...] as medidas que tomou no ministério permitiram [...] ataques oposicionistas a Vargas e ao trabalhismo [...].

Entende-se que Goulart, enquanto Ministro do Trabalho e presidente nacional do PTB, ampliou no Partido uma tendência reformista, a qual aproximou Estado e sindicatos, negociando diretamente com os trabalhadores e lideranças sindicais, dinamizando o relacionamento entre União e classe trabalhadora, na busca do bem estar social.

No entanto, quando Jango assumiu a pasta do Trabalho, o país enfrentava duras greves, como esclarece Fausto (2002, p. 228): “a greve geral de São Paulo, reunindo cerca de 300 mil trabalhadores e a greve dos marítimos no Rio de Janeiro, que reuniu quase 100 mil trabalhadores, solicitando aumentos salariais, e melhores condições de trabalho”. Coube assim, ao novo Ministro, a tarefa de negociar para atender as principais reivindicações dos grevistas.

Percebeu-se que, durante sua atuação no Ministério do Trabalho, Jango sempre se posicionava solidário às demandas operárias e destacava-se, dentro da estratégia varguista, como interlocutor entre a classe trabalhadora e os empresários, levando os empregados a negociarem melhorias, por meio dos sindicatos, visto que as agremiações sindicais estavam sob a tutela do Estado.

Em 1954, visando contornar as dificuldades inflacionárias enfrentadas pelos trabalhadores, Jango, com apoio de Getúlio, propôs um aumento de 100% no salário mínimo, anunciado no primeiro de maio (dia do trabalhador), o que resultava na possibilidade de aumento salarial e de incentivos para a população. O impacto desta medida para o Governo é marcante na seguinte fala de Vargas:

[...] Que pelo voto, os trabalhadores poderiam interferir na política e influir nos próprios destinos da nação. Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe podeis imprimir ao sufrágio a força decisória do número. Hoje estais no governo. Amanhã sereis o governo [...] (Presidente Vargas *apud* D'ARAÚJO, 1999, p. 112).

Entretanto, pouco adiantou a tentativa de elevação salarial. As camadas populares perderam a confiança no governo, que ao mesmo tempo assistia o partido político opositor, a UDN, lançar uma campanha ferrenha contra sua permanência no poder, pois temiam que o Presidente, aliado aos operários e sindicatos, estivesse articulando um novo golpe, que lhe possibilitasse maiores poderes administrativos.

Para insuflar ainda mais esse momento crítico da política varguista, foi lançado por setores do exército o manifesto dos coronéis, denunciando o descontentamento militar, sobretudo em relação a Jango, que no entender de D'Araújo (1999, p. 112), era acusado de

conspirar para a formação de uma “república sindicalista”⁸ Desse modo, tais manifestações soaram fortemente no governo, causando a exoneração de Goulart do Ministério do Trabalho.

Com Jango exonerado do Ministério, a oposição udenista passou a atacar veemente o Presidente, acusando-o de corrupto, passivo a atos ilegais e criminosos.

Conforme Silva (1978), Vargas, sem possuir apoio da imprensa, aprovou um empréstimo do Banco do Brasil, para a fundação do jornal *Última Hora*⁹, causando uma insatisfação enorme em seus adversários, especialmente em Carlos Lacerda, principal opositor de Getúlio, que por meio do seu jornal, *Tribuna de Imprensa*¹⁰, passou a noticiar sem trégua a propaganda anti-getulista.

Nesse sentido, ressalta Skidmore (1982, p. 269), que “um dos líderes da UDN Olavo Bilac Pinto, lançou a culpa da crise no próprio Presidente, recapitulando os escândalos da administração de Getúlio, tais como os favores governamentais concedidos para a fundação do jornal a *Última Hora*”.

Dotados de argumentações negativas, a oposição getulista, seguia acusando o governo de por em risco as instituições democráticas no Brasil. Além das denúncias de escândalos, o Presidente era acusado de formar aliança com Argentina e Chile no pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile), com intuito de contrapor a política externa dos Estados Unidos para a América Latina. Sobre esse assunto, Doratioto (1991, p. 60) declara:

No início da década de 1950, o Presidente Perón, da Argentina, lançou [...] a idéia do ABC, e Vargas, em sigilo, foi receptivo a mesma. O Presidente argentino dirigiu-se, então, ao Chile, onde propôs publicamente a idéia do ABC e afirmou que [...] o Brasil aceitaria a idéia. [...] o ministro das Relações exteriores, João Neves, [...] sem

⁸ Em 1955, o jornalista Carlos Lacerda divulgou uma carta atribuída ao deputado argentino Antonio Brandi, peronista, que a teria enviado ao ministro do Trabalho, João Goulart. Fazia referência a contrabando de armas e à organização de uma república sindicalista no Brasil. Tudo falso. E quem descobriu foi um jovem repórter da própria Tribuna de Imprensa, jornal de Lacerda. Quem contou, em 2002, para o projeto "Memória da Imprensa Carioca" foi o repórter e hoje comentarista internacional Newton Carlos.

"Vamos recordar um episódio conhecido como Carta Brandi. Foi divulgado o texto de uma carta que um peronista de nome Brandi teria mandado ao Jango propondo a criação de uma república sindicalista na América Latina, a partir de um eixo Brasil-Argentina. O petardo partiu da Tribuna mas logo surgiram desconfianças de que a assinatura da carta era falsa. Nesse meio tempo, o Perón caiu. O Lacerda foi à Argentina e eu o acompanhei com a missão de levantar a 'autenticidade' da carta. Descobri que a assinatura era de fato falsa. Avisei ao Lacerda. Ele disse: 'você não tinha nada que descobrir. O Jango que descobrisse'".

Na articulação para derrubar o presidente João Goulart, um dos argumentos preferidos foi o de que se instalada no Brasil uma temível... "república sindicalista". Na época, havia sido criado (em 1962) o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que apoiava Jango – mas ao que se sabe até hoje não tinha nenhum arsenal escondido para defendê-lo após o golpe. In. <http://www.redebrasilatual.com.br/multimedia/blogs/blog-na-rede/lacerda-criou-republica-sindicalista-baseado-em-assinatura-falsa>. Acesso em 31 jan. 2011.

⁹ O jornal *Última Hora* seria um instrumento getulista para ganhar vasta circulação, contribuindo com o fim do complô de silêncio que a grande imprensa praticava contra qualquer ato mais positivo de Getúlio Vargas (SILVA, 1978).

¹⁰ O Jornal *Tribuna da Imprensa*, juntamente com o *Diário de São Paulo*, *O Globo*, *Diários Associados* de Assis Chateaubriand e *O Jornal* do Rio de Janeiro, eram fortes opositores da política getulista (SKIDMORE, 1969).

consultar o Presidente Vargas, emitiu uma nota em que desmentia, em termos duros o líder argentino. Devido à ferrenha oposição tanto dos EUA, quanto dos setores políticos conservadores brasileiros, a idéia do ABC se inviabilizou.

Toda essa conjuntura de acusações desgastou a imagem de Getúlio, que veio decair ainda mais, após o atentado da Rua Toneleros, que quase vitimou Carlos Lacerda, adversário político de Vargas. Nesse ataque, veio a perecer o Major Vaz, companheiro de Lacerda, causando revolta na oposição que soube utilizar politicamente o atentado, e posteriormente confirmou o episódio, como planejado dentro do Palácio do Catete e, por intermédio da imprensa, segundo Skidmore (1992, p. 179), notificavam ao povo:

De uma ampla rede de corrupção, praticado pelos funcionários da presidência, envolvendo a concessão de favores especiais a várias figuras políticas preeminentes... Aparecem notícias de que Gregório, o fiel servidor de Getúlio, além de comandar o atentado a Lacerda, mantinha estreitas ligações com vários criminosos profissionais e que acumulará grande fortuna.

Nessa arena política de desgaste Getulista, até mesmo o Vice-presidente Café Filho abandonou Vargas, o qual enfrentava forte pressão dos militares e da UDN para renunciar ao cargo presidencial, em prol da moralização do País.

Para não sofrer deposição presidencial pela segunda vez, a exemplo do que ocorrera no Estado Novo, na manhã de 24 de agosto de 1954, Getúlio Dornelles Vargas surpreendeu o Brasil todo, suicidando-se com um tiro no coração, deixando simbolicamente uma carta-testamento, na qual “se apresentava como vítima, despertando uma grande comoção popular”¹¹, e neutralizando os opositores udenistas, que atingidos pelo impacto da morte de Vargas, assistiam a mobilizações, tristezas e indignações populares em memória do Presidente trabalhista.

Getúlio se foi, mas deixou de herança o forte legado político trabalhista, que seguiu sua trajetória com Alberto Pasqualini (Doutrinários Trabalhistas), e com João Goulart (Trabalhismo Pragmático Reformista), evidenciando que, mesmo ausente, Vargas permaneceria com sua popularidade viva, no cenário político brasileiro.

É importante, após demonstrar a conjuntura política nacional, sobre o fenômeno político do trabalhismo, averiguar o cenário em âmbito local, na cidade de Santa Maria, por esta ser um reduto político do PTB, partido solidário as propostas trabalhistas de Vargas.

¹¹ Jornal *A Razão* apud AGOSTINI. A Última cartada de um estadista. 24. 08. 05, p. 2.

3 O PARLAMENTO SANTA-MARIENSE: 1951-1954

Vivenciava-se em Santa Maria, em 1951, uma grande movimentação política, em virtude das eleições municipais do dia primeiro de novembro de 1951. Nessas eleições, definiu-se a escolha do novo Prefeito da cidade, juntamente com os representantes do Legislativo Municipal.

Para esse evento político, no decorrer daquele ano, a comunidade santa-mariense foi envolvida na preparação e organização dos partidos políticos locais, evidenciando um embate político entre o PTB, solidário a política trabalhista nacional de Vargas, e a Coligação, composta pelo PSD, pelo Partido Libertador (PL), pelo PRP e pela UDN, agremiações partidárias oposicionistas ao partido trabalhista santa-mariense. Além dessas forças partidárias, concorriam ainda o PSB e o PSP.

Assim, no pleito eleitoral de 1º de novembro de 1951, em Santa Maria, ficaram definidas as legendas políticas vencedoras, divulgadas pela imprensa da cidade:

Foram encerradas as apurações das eleições municipais em Santa Maria, cujos resultados acusaram expressiva vitória do Partido Trabalhista Brasileiro, secundado pela Coligação Democrática. Em terceiro posto, ficou o Partido Socialista Brasileiro, em quarto, o Partido Social Progressista, [...] (*A Razão*, 04 nov. 1951, p. 6).

Dessa forma, a nova composição do Legislativo Municipal santa-mariense constituiu-se, em sua maioria, pela bancada do PTB, que “juntamente com os srs. Heitor Campos e Raul Valandro, respectivamente prefeito e vice-prefeito eleitos”¹², seriam os principais representantes trabalhistas no município.

Nessa composição, como mostra o quadro a seguir, o PTB foi o partido político que conseguiu obter o maior número de vereadores para a Câmara Municipal, sete eleitos, num total de quinze vagas disputadas:

¹² Jornal *A Razão*, Santa Maria, 04 nov. 1951, p. 04.

Titulares Eleitos	Partido	Nº de votos adquiridos
Faustino Cauduro	PTB	676
Moacir Santana	PTB	588
Helena Ferrari	PTB	447
Virginio P. das Neves	PTB	421
Oswaldo Zanbonatto	PTB	420
Firmino V. dos Santos	PTB	406
Zeferino Correia	PTB	346
Antonio Lozza	PSD	494
Rubens Correa Krob	PSD	452
Vasco Cunha	PSD	394
Hélio Helbert dos Santos	PSD	376
Pedro Alvarez	PSB	529
Jorge Mottecy	PSB	172
Walter Chechella	PRP	425
José Inácio Xavier	PL	525

Quadro 1 - Composição da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria-RS – Eleições 01/11/1951.
Fonte: *Jornal A Razão*, 06 nov. 1951, p. 1.

Percebeu-se, por meio da leitura do quadro acima, que mesmo o PTB tendo conseguido eleger um número considerável de representantes, a oposição também o fizera, demonstrando que seu papel oposicionista ocuparia espaço no Legislativo santa-mariense. A UDN, devido a disputas internas entre seus integrantes, “Heitor Edler e Raimundo Cauduro não elegendo nenhum representante”¹³, ficava ausente de representação própria na Câmara Municipal de Vereadores, embora mantivesse afinidades com os representantes da Coligação Democrática na Casa, aliados políticos do período eleitoral recente.

O prefeito eleito, Heitor Campos, deixou transparecer em discurso a associação do PTB local à política trabalhista nacional, quando declarou: “meu governo obedecerá a um planejamento cuja solução contará com o apoio popular”, do mesmo modo que “governarei com o Partido Trabalhista, orientando a administração dentro da sua doutrina [...]”¹⁴.

Nesse contexto, em sessão solene na Câmara Municipal de Vereadores, tomaram posse os novos parlamentares santa-marienses. Tal encontro também serviu para definir a presidência do Legislativo Municipal, que ficou assim formada: “Presidente: Walter Chechella (PRP); Vice-Presidente: Dr. Faustino Cauduro (PTB); 1º Secretário: Francisco Zeferino Rodrigues Corrêa (PSD); 2º Secretário: Pedro Virissimo Gomes Filhos (PSP)”¹⁵.

¹³ *Jornal A Razão*, Santa Maria, 20 ago. 1952, última página.

¹⁴ *Idem*, 04 nov. 1951, p. 04.

¹⁵ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 237/1951, p. 90, Sessão Solene e Extraordinária, em 31 dez. 1951.

Observou-se que embora a Coligação de oposição mantivesse o cargo superior no Legislativo, o PTB, além de representar o Executivo, permanecia em destaque, com a maioria dos vereadores e a vice-presidência do Parlamento Municipal.

Assim, nesta monografia, priorizar-se-á nessa construção a trajetória do PTB no Parlamento santa-mariense, pois o objetivo é perceber a atuação dos edis trabalhistas no universo político local.

Nesse sentido, sugere-se que o PTB municipalista, seguia a linha em termos político-social, do PTB nacional:

O Partido Trabalhista Brasileiro defenderá os seguintes princípios e objetivos: [...] defesa dos princípios contidos na Consolidação das Leis do Trabalho [...] amparo da legislação social aos trabalhadores [...] ampliação da representação das classes, sem preponderância de qualquer delas [...] aumentar o nível de vida a fim de se assegurar uma alimentação conveniente, assim como habitação própria [...] educação primária obrigatória e gratuita, educação secundária e profissional também gratuita [...] melhor distribuição de riqueza [...] desenvolvimento do movimento cooperativista [...] fixação de salário profissional [...] desenvolvimento do espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, sem preconceitos [...] (*Diário do Estado*, 21 set. 1950) [f.d.].

Observou-se que o programa nacional do PTB viria a ser um importante instrumento de divulgação do Partido à comunidade santa-mariense, visto que suas diretrizes tinham por características uma constante preocupação em apresentar alternativas que pudessem amenizar dificuldades sociais como a educação, alimentação e habitação, necessidades básicas, que afetavam grande parcela da população.

Notou-se a relevância das propostas trabalhistas nacional no PTB santa-mariense, quando a influência da política pragmática de Vargas, passou a ser um vetor constante de atuação, do governo trabalhista municipal. Segundo Agostini (2003, p. 78):

[...] Santa Maria, com uma presença significativa de getulistas-trabalhistas, que ocupavam, na maioria, o poder Legislativo, bem como o poder Executivo, estabelecia uma relação de poder com a comunidade, evidenciando o apoio às propostas getulistas, nacionalistas e trabalhistas. Assim, as lideranças representativas na cidade não se dedicavam ao estudo e análise de idéias políticas, já que entendiam a importância da postura getulista frente a essas idéias. Vargas construiu no município, uma imagem de defensor da justiça social [...].

Compreendeu-se que a agremiação petebista local obteve destaque no Município devido à política trabalhista nacional e pragmática de Vargas ter originado reflexos significativos na comunidade santa-mariense, os quais foram fortalecidos com a presença de Getúlio Vargas em Santa Maria, em 1950, em que acabou promovendo a “vibração nos meios populares”, em torno da sua visita, na ocasião como ex-presidente, quando se encontrou “toda

a cidade mobilizada para a recepção ao sr. Getúlio Vargas”¹⁶. Nesse universo, a imprensa local divulgou a movimentação social na cidade:

[...] a grande multidão foi tomada de verdadeiro delírio, aplaudindo freneticamente o chefe do trabalhismo brasileiro, dando vivas e procurando acercar-se, cada vez mais [...], sendo inúteis todos os apelos, para que o povo se afastasse. [...]. Minutos depois, assumiu, sorridente e acenando para o povo, o senador Getúlio Vargas, sendo delirantemente aplaudido, [...] o senador trabalhista, embarcou num automóvel, [...] formando-se, em seguida, extenso cortejo de automóveis, ônibus e caminhões [...]. Em face à vibração da massa que queria ouvir a palavra de Vargas [...] (A *Razão*, 22 set. 1950, p. 04).

Nesse contexto, sugere-se que Getúlio Vargas se tornou um personagem importante para Santa Maria, sendo que sua influência na sociedade proporcionou ao PTB um grande destaque na conquista do poder político municipal. É nesse enfoque que as ações getulistas, em nível nacional, estabeleceram na comunidade santa-mariense uma relação de aproximação significativa com o Partido Trabalhista, fator percebido no expressivo resultado das eleições municipais, em que o PTB local beneficiou-se com a conquista da representação do poder Executivo e da maioria das cadeiras do Legislativo Municipal.

Entretanto, mesmo o PTB municipalista sendo defensor convicto da política pragmática de Vargas, demonstrou manter contato em determinados momentos com o líder da doutrina trabalhista Alberto Pasqualini, responsável pela estruturação do PTB, enquanto doutrina política partidária e defensor do trabalho como meio de distributivismo social. Desenha-se essa assertiva, numa carta de Alberto Pasqualini endereçada ao vice-prefeito trabalhista Raul Vallandro:

Prezado companheiro e amigo Raul Vallandro:
Recebi, com grande satisfação, a notícia de que a comissão Executiva Municipal do PTB de Santa Maria acaba de tomar a iniciativa de realizar um congresso do Partido nessa cidade [...]. Alegra-me sobretudo saber que o objetivo do conclave é “a melhor agremiação partidária em torno dos postulados e ideais doutrinários de nosso partido devendo ser completamente abstraída qualquer idéia política de caráter imediatista” [...] os nobres companheiros de Santa Maria compreendem a verdadeira finalidade e a exata função do Partido [...] sem uma sólida diretriz ideológica, sem convicções fortemente arraigadas, sem ideais, [...] jamais poderá existir um partido, digno desse nome. [...] oportuna a projetada reunião e tenho certeza que há de contribuir para o fortalecimento do verdadeiro trabalhismo e para acerta-lhe sempre mais as diretrizes [...] (A *Razão*, dia? mês? 1953) [f.d.].

Notou-se que na correspondência entre Pasqualini e o vice-prefeito petebista Raul Vallandro, que o líder doutrinário trabalhista expressava a importância de se ter um perfil ideológico no partido, com diretrizes e convicções definidas para o fortalecimento do

¹⁶ Jornal *Diário do Estado*, Santa Maria, 21 set. 1950, p. 03.

trabalhismo. A certa proximidade entre Alberto Pasqualini e o vice-prefeito de Santa Maria evidencia que o PTB local, por meio de suas lideranças, possuía conhecimento do programa doutrinário trabalhista de Pasqualini, e que em determinadas ocasiões, no Legislativo Municipal, os vereadores petebistas vieram a defender questões referentes às propostas doutrinárias, como a distribuição igualitária de bens, o combate à fome, a remuneração justa, a preocupação com moradia, o incentivo à educação e investimento em produção, todos os temas ligados à doutrina trabalhista.

Nesse cenário, perceberam-se semelhanças entre o PTB local e a linha doutrinária de Pasqualini, pela preocupação demonstrada na bancada trabalhista santa-mariense, por meio da vereadora Helena F. Teixeira, que explanava inquietação com a educação na cidade, sugerindo que a Câmara Municipal formulasse a “criação de um curso de ginásio, junto a um dos grupos escolares do Estado, para funcionamento noturno, levando em conta a existência de apenas um ginásio público, insuficiente para atender as necessidades escolares de Santa Maria”, indicando “o ginásio noturno como solução imediata para a falta de matrícula aos alunos pobres”¹⁷, requerimento deferido pelo Parlamento Municipal.

Inseriram-se, nesse procedimento, o discurso do vereador Moacir A. Santana, do PTB, ao comentar “que de imediato sejam iniciados os estudos de um projeto para amparar os pobres e os necessitados”¹⁸, aproximando-se da linha doutrinária, defensora do distributivismo de bens sociais igualitário.

Nesse sentido, a oposição política ao partido trabalhista santa-mariense também começou a divulgar na Casa seu discurso. Em sessão extraordinária na Câmara Municipal, o vereador Pedro Alvarez (PSB) ressaltou de imediato, para conhecimento dos seus pares, algumas necessidades evidenciadas pela comunidade santa-mariense, na qual destacava “o problema dos transportes coletivos na cidade, dizendo da necessidade urgente de ser o assunto resolvido, de vez que a população especialmente dos bairros, está a clamar por transportes”. Afirmou ainda “que se não for o caso resolvido, evidenciará isso a incapacidade do governo local em dar solução aos problemas da cidade, assim como acontece com outras esferas governamentais”¹⁹.

¹⁷ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 237/1951, p. 03, Sessão Solene e Extraordinária, em 07 jan. 1952.

¹⁸ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 2/1952, p. 06, Sessão Solene e Extraordinária, em 07 fev. 1952.

¹⁹ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 1/1952, p. 01, Sessão Solene e Extraordinária, em 07 jan. 1952.

Percebeu-se que os edis de partidos opositores colocavam em seus discursos cobranças para a resolução dos problemas, não somente dos legisladores municipais, mas também do Executivo que era ocupado por representante do PTB.

Em resposta à questão dos problemas sociais em Santa Maria, apontado pela oposição, o vereador petebista Moacir Santana declarou:

[...] que o Governo Trabalhista da cidade, está empenhado em dar solução imediata aos problemas da cidade, especialmente, no que diz respeito ao caso dos transportes coletivos, afirmando que tudo será feito para banir-se e destruir as manobras [...] que estão pretendendo tomar forma, em prejuízo dos interesses da população [...] (Ata n. 1/1952).

Compreende-se que os partidos, trabalhistas e opositoristas, possuíam conhecimento das necessidades da cidade e assumiam o comprometimento de engajar-se na busca de soluções, para suprir as precariedades da comunidade santa-mariense, que pretendia alcançar a modernização.

Naquela conjuntura, a bancada trabalhista, por intermédio do vereador Virgínio Pereira Neves, propôs ao Legislativo que fossem eleitas novas comissões, para dinamizar a busca por soluções e recursos para a cidade. As Comissões seriam responsáveis por avaliar e desenvolver diferentes programas sociais, políticos e econômicos para a comunidade. Nesses interesses, formaram-se as diferentes Comissões:

[...]; **Comissão Representativa:** [...] Dr. Walter Cechella, Moacir Santana, Fermino Ventura dos Santos, Rubens Correa Krob e Jorge A. Mottecy [...]. **Comissão de Legislação e Pareceres:** Jorge A. Mottecy, Antonio Lozza, e Aristides Lemos dos Santos. **Comissão de Economia e Finanças:** Virgínio Pereira Neves, Faustini Cauduro e José Inácio Xavier. **Comissão de Educação, Saúde, e Assistência Social:** Hélio Helbert dos Santos, Pedro Verissimo Gomes Filho, e Firmino Ventura dos Santos. **Comissão de Obras, Transportes, Comércio, Agricultura e Pecuária:** Moacir Santana, Helena Ferrari Teixeira, e Vasco da Cunha [...] (Ata n. 9/1952).

Diante disso, caracterizou-se, a pluralidade partidária nas Comissões, que por intermédio de seus representantes, buscariam atender diferentes questões sociais, como a ineficiência dos transportes coletivos, a elevação dos preços dos produtos, a disparidade social, a falta de água e luz, saúde pública e a educação. Assim, percebeu-se que os interesses da comunidade local, em determinados momentos, extrapolavam as rivalidades políticas.

É visível, também, que as possíveis decisões e programas elaborados pelos vereadores na Câmara Municipal, tenderiam a ser as principais alternativas na busca de propostas

reformistas da cidade, uma vez que esta se encontrava desprovida de meios industriais efetivos, que pudessem elevar o crescimento econômico da cidade.

Na década de 1950, um dos maiores problemas enfrentados pela comunidade santamariense era o racionamento de luz. A falta de iluminação na cidade tornou-se tema de debate no Legislativo Municipal, abrindo espaço para que a bancada oposicionista, por intermédio do vereador Jorge Mottecy, criticasse o Prefeito trabalhista pela sua passividade, exigindo dos colegas vereadores, atitudes firmes e coesas para solucionar a questão energética.

Nesses interesses, o vereador Jorge Mottecy (PSB) declarava que enquanto não fosse “resolvido o problema da luz na cidade”, a Câmara continuasse se reunindo extraordinariamente, pela sua convicção de que se a Câmara não procurasse resolver os problemas, o Executivo não o faria²⁰.

Os representantes do PSD, por sua vez, vieram acirrar ainda mais o debate referente à distribuição de energia elétrica em Santa Maria, quando o vereador Hélio H. dos Santos apontou irregularidades no serviço da Companhia Sul-Americana de Serviços Públicos (SUDAM), responsável pela distribuição de luz na cidade. Assim, o vereador ressaltava:

[...] uma série de observações técnicas recolhidas pelo Sr. Backman, técnico em eletricidade residente nesta cidade e que [...], visitou a usina, [...]; as revelações apresentadas deixam claras que os racionamentos propositais visam aumentar mais os lucros da companhia que explora os serviços de força e luz, nesta cidade, de vez que a usina tem capacidade, pelo que concluiu o referido técnico, para iluminar a cidade e as residências, [...], se não forem tomadas medidas energéticas e que se não for feita medida permanente, a SUDAM nada fará em favor da coletividade [...] (Ata n. 13/1952).

Diante deste quadro, as forças petebistas, almejando transformar em atitudes seus discursos de comprometimento com a população de Santa Maria, apoiaram que a Casa recebesse em plenário, a visita dos diretores da SUDAM, para explicações referentes à carência elétrica na cidade. Desse modo, a imprensa local retratou, que “durante as quatro horas regimentais, a Câmara de Vereadores debateu o problema da energia elétrica, robustecida com a presença do sr. Lucidio Gontan, gerente da Usina local, e do sr. Alfredo Backman, técnico em eletricidade”²¹.

Após longo período de esclarecimento para a bancada de vereadores do representante da SUDAM, sobre a baixa produtividade da usina elétrica de Santa Maria, ficou claro que o

²⁰ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 3/1952, p. 09 Sessão Solene e Extraordinária. em 04 abr. 1952.

²¹ Jornal *A Razão*, Santa Maria, 31 mai. 1952, p. 01.

problema que afetava a empresa era o desgaste do seu quadro de distribuição elétrica, que estava incapacitado, sendo necessário providenciar a sua substituição por um novo material.

Assim os vereadores, com o auxílio do técnico em eletricidade Alfredo Backman, responsabilizaram-se em formular e comprar uma listagem de materiais novos, apresentando para a SUDAM uma “proposta para fornecimento desse material, acompanhado do competente orçamento”²², para que esta tomasse as devidas providências de reformas nas suas máquinas, assim que recebesse os novos artefatos da Prefeitura.

Nesse cenário, após receber os novos materiais para a usina, a SUDAM, de imediato, providenciou a mudança dos mesmos, fato este acompanhado pela imprensa da cidade, responsável por divulgar a comunidade santa-mariense, que haviam sido inaugurados “os novos motores da usina elétrica local”, cuja cerimônia contou com a presença do Prefeito trabalhista municipal, que se mostrou muito satisfeito com o investimento, uma vez que “os dois motores, fornecerão corrente alternada a uma grande área da cidade”²³, solucionando a demanda de iluminação no município, mesmo que temporariamente.

Inserem-se, nesse procedimento, que o regime deficitário de energia elétrica em Santa Maria, prolongou-se até 1955. Sobre esta questão, Costa Beber (1998, p. 90-91) escreve:

Diante da crítica situação, em 1955 o Estado encampou a SUDAM, cujos precários serviços ficaram ao encargo da Comissão Estadual de Energia Elétrica. Na esperança de solução para o maior e perturbador problema de Santa Maria, que vivia em constantes racionamentos, a encampação foi recebida com alívio. Efetivamente as melhorias foram sendo implantadas rapidamente.[...] A rede foi melhorada e ampliada para todo o perímetro urbano e subúrbios, até Camobi.

Dessa forma, pondera-se que os investimentos do Executivo e do Legislativo Municipal, em relação à carência elétrica da cidade, foram todas de cunho temporárias, porém suas iniciativas serviram como incentivo ao Estado, que assumiu posteriormente o controle e a solução do racionamento energético.

Paralelo a falta de energia elétrica, a população também sofria constantemente com os inexplicáveis aumentos das passagens e com o não cumprimento dos horários dos ônibus coletivos. Esses aspectos deram margem para que, mais uma vez, a oposição, por meio do seu representante Hélio H. dos Santos (PSD), viesse mostrar que:

[...] o problema dos transportes coletivos, afirmando que os mesmos estão em desacordo com o interesse da população [...], tendo denunciado graves irregularidades no que diz respeito ao caso das passagens, destacando que

²² Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 15/1952, p. 46, Sessão Ordinária, em 30 mai. 1952.

²³ Jornal *A Razão*, Santa Maria, 31 out. 1952, p. 06.

determinado cobrador se recusou a receber estampilhas nacionais, alegando que o que vale são os cartõezinhos emitidos pela firma concessionária [...] (Ata n.128/1953).

Diante desse quadro, entende-se que os transportes coletivos em Santa Maria careciam de fiscalização nos seus horários e coerência no preço da passagem, pois muitas pessoas que necessitavam do transporte para sua locomoção não tinham condições de pagar um valor muito elevado.

Na leitura de Costa Beber (1998, p. 54), “não havia organização empresarial como hoje, e as linhas do centro eram exploradas por vários donos”, destacando-se a Expresso Medianeira LTDA, fundada em 1951, responsável por atender a área urbana sul do município.

Nessa conjuntura, o Prefeito Municipal Heitor Campos e a bancada trabalhista, procurando manter sua imagem na comunidade santa-mariense dialogavam, “em face do problema do transporte coletivo”²⁴, que, segundo Costa Beber (1998, p. 50), a carência desse tipo de transporte, prejudicava a todos e elevava os custos de toda a atividade econômica, retrocedendo o deslocamento das pessoas para o centro da cidade, impossibilitando os usuários de ônibus de manterem regularidades em seus horários, devido a ausência ou atraso dos serviços dos transportes coletivos.

Assim, para regulamentar o custo da passagem no transporte urbano de Santa Maria, a bancada trabalhista, através da vereadora Helena F. Teixeira (PTB), “sugeriu que fosse estudada a tabela de preços em comparação com os vigorantes em outras cidades”²⁵, para que a população não fosse injustiçada, nem obrigada a pagar valores abusivos pela utilização do transporte coletivo.

Dessa maneira, a proposta da vereadora Helena F. Teixeira, em adotar uma tabela de preços relativos com as outras cidades, foi deferida pelo Parlamento Municipal, favorecendo a população santa-mariense, que passou a pagar a passagem do transporte coletivo com valor reduzido.

Desse modo, notam-se as preocupações com os problemas sociais da comunidade santa-mariense pelos petebistas, no momento em que os mesmos partem ao encontro das propostas de melhor atender as necessidades dos habitantes da periferia da cidade, ações que constavam no programa do PTB nacional.

Também, o prefeito municipal de Santa Maria, Heitor Campos, buscava manter contato direto com o alto escalão trabalhista nacional e, para tanto, “foi a fazenda de Itu, a fim de visitar o Presidente Vargas”, e dialogar “sobre diversos assuntos ligados aos interesses de

²⁴ Jornal *A Razão*, Santa Maria, 22 mai. 1952, última página.

²⁵ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 12/1952, p. 40, Sessão Ordinária, em 21 mai. 1952.

Santa Maria”, obtendo atenção do Presidente da República, que se mostrou “interessado pelo progresso de nossa comuna, e fez diversas perguntas ao prefeito Campos sobre o ritmo da atividade santa-mariense, transmitindo por intermédio do chefe do Executivo, uma saudação a todos os santa-marienses”²⁶, demonstrando que o PTB de Santa Maria, assim como a cidade, mantinham apreço junto ao Presidente Vargas.

Inserem-se, nesse procedimento, a visita de Vargas a Porto Alegre, em meados de setembro de 1952, movimentando a bancada trabalhista santa-mariense, que por intermédio da vereadora Helena F. Teixeira exigiu do Parlamento Municipal, “voto de congratulações com o Exmo. Sr. Governador do Estado e povo de Porto Alegre pela recepção oferecida ao Exmo. Sr. Presidente da República”²⁷, entendendo que a visita e o diálogo entre Getúlio Vargas e o governador gaúcho Ernesto Dornelles, proporcionariam benefícios a todo o Rio Grande do Sul.

Nesse enfoque de exaltação personalista de Vargas pelo PTB municipalista, pondera-se que, constantemente, ao tomar conhecimento de uma campanha oposicionista ao Presidente da República, os vereadores petebistas locais, de imediato, discursavam no Parlamento Municipal prestando solidariedade ao Governo nacional. Desenhou-se essa assertiva logo após a imprensa da cidade retratar o ataque ao Governo Vargas:

Acusações graves dirigidas aos sabotadores do governo de Vargas [...] uma estação de rádio pertencente ao domínio da União, formulou acusações [...] a diversos órgãos da administração pública, referindo-se a onda de sabotagem que está envolvendo e cercando o Presidente da República. [...] aponta como exemplos dessa sabotagem, os partidos políticos, inclusive os que aparentemente emprestam seu apoio ao governo, Tribunal de Contas, [...], Conselho da Economia, Classes conservadoras, enfim aqueles aparelhos da administração pública visivelmente infiltrados pelas elites (*A Razão*, 13 mai. 1953, p. 01).

Diante disso, a bancada trabalhista, por intermédio da vereadora Helena F. Teixeira, “comentou ao plenário, o noticiário da imprensa que afirma da sabotagem praticada pelos chamados membros da elite”, ressaltando “que este noticiário vem confirmar palavras suas pronunciadas em diversas oportunidades, no plenário”²⁸. Entende-se que o PTB santa-mariense estava atento em denunciar as ações contrárias, que visavam perturbar as propostas políticas do Presidente Vargas.

É pertinente, ainda, destacar que assuntos de relações internacionais envolvendo o Brasil e o Presidente trabalhista não passavam despercebidos pelos vereadores petebistas na

²⁶ Jornal *A Razão*, Santa Maria, 25 set. 1952, p. 06.

²⁷ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 47/1952, p. 128, Sessão Ordinária, em 1º out. 1953.

²⁸ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 99/1953, p. 33, Sessão Ordinária, em 18 mai. 1953.

Câmara Municipal, que ocupavam “a tribuna para levantar veemente um protesto contra um artigo publicado pelo jornal norte-americano New York Times que critica o governo brasileiro”²⁹, e a sua administração.

Nessa conjuntura, os membros trabalhistas do Legislativo Municipal santa-mariense, apresentaram-se como defensores do Governo Vargas, condenando a imprensa estrangeira, ao discursar “que os problemas nacionais” eram “da alçada exclusiva do Brasil, não cabendo a outros países fazer críticas sobre sua administração”³⁰. Entende-se que o respaldo mantido pelo Presidente Vargas, no interior do PTB santa-mariense, proporcionava que a agremiação local trabalhista atuasse em sua defesa nos momentos conturbados.

Nessa totalidade, inseriam-se nos discursos dos edis petebistas santa-marienses os acirramentos da crise política nacional, que se evidenciavam cada vez mais.

Desse modo, Santa Maria sentia os reflexos da crise política nacional, e era afetada com a elevação do preço da carne bovina. Isso fazia com que a agremiação oposicionista, na figura do vereador Jorge Mottecy (PSB), contestasse o Presidente Vargas e o Ministro do Trabalho João Goulart, ressaltando que ambos eram proprietários de gado no Rio Grande do Sul, duvidando que os mesmos estivessem dispostos a sacrificar seu rebanho em favor do povo brasileiro.

Naquele contexto, a insatisfação com o governo nacional proporcionou que a oposição municipalista divulgasse no Legislativo Municipal:

[...] grande passeata e movimento nacional no sentido da fixação do salário mínimo [...] que se não ocorrer determinará uma paralisação geral nas atividades dependentes da mão do operário que reivindica melhor salário para assegurar melhor alimentação para si e para seus familiares; [...] o Sr. Presidente foi vaiado no jôquei clube de São Paulo, pelo povo, pelo povo este já exausto com a elevação do custo de vida e descrente das promessas eleitorais do atual Presidente da República; [...] (Ata n. 174/1954).

Nesse sentido, os membros oposicionistas da cidade confirmaram seu descontentamento com o governo nacional, explanando ser necessário medidas de reivindicações e protestos contra a administração presidencial para barrar o crescente aumento do custo de vida da população brasileira.

Na contramão, a bancada trabalhista local, na defesa do Presidente Vargas, “congratulouse com a aprovação do novo salário mínimo, e congelamento dos gêneros de

²⁹ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 97/1953, p. 30, Sessão Ordinária, em 11 mai. 1953.

³⁰ Idem.

primeira necessidade” apreciando uma medida que realizasse “o desejo das classes menos favorecidas”³¹.

Nesses interesses, a vereadora petebista Helena F. Teixeira, protestou ainda, “contra o fato de comerciantes estarem lutando contra o salário mínimo”, classificando-os de reacionários que somente desejavam “o sacrifício dos trabalhadores”, declarando apoio para o movimento que seria “feito pelos trabalhadores de todo o país em prol da manutenção do salário mínimo”³², e pela garantia do aumento salarial adquirido pelos trabalhadores junto ao Governo nacional.

Nesse enfoque, o vereador do PTB Francisco Z. R. Correa, destacava “ser contrário a todo e qualquer aumento que venha a onerar mais o povo”, compreendendo que as altas eram originárias de esferas mais altas, o que condenava, pois que o povo não estava “mais em condições de suportar aumentos”³³, uma vez que a elevação do preço dos gêneros alimentícios, viria preocupar ainda mais os trabalhadores brasileiros.

No entanto, os fatos que contribuía para a crise da política nacional, continuavam tendo destaque no Legislativo Municipal santa-mariense, sobretudo quando a imprensa local divulga a existência de um “clima de apreensão no país”, noticiando o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, opositor político de Vargas, afirmando haver “elemento da guarda pessoal de Vargas”, que seria “acusado como um dos matadores de Vaz”³⁴, acompanhante de Lacerda na hora do crime.

Desse modo, alguns membros do parlamento santa-mariense, contrários ao PTB, demonstravam descontentamento com as tensões da política nacional, e manifestaram “a sua repulsa contra o atentado levado a efeito *versus* a pessoa do jornalista Carlo Lacerda e pelo crime cometido contra um oficial da Aeronáutica”³⁵, indicando o Presidente Vargas como responsável pelos acontecimentos negativos que envolviam o País.

Entretanto, o PTB local, por meio do seu Diretório Municipal, prestou solidariedade ao Presidente:

No momento em que elementos desagregadores lançam mais sórdidas infâmias [...], procurando atingir com seus respingos [...] figura de V. Excia, vem o partido do grande presidente, Partido Trabalhista Brasileiro, sessão Santa Maria, ao seu incomparável chefe e amigo, hipotecar irrestrita solidariedade nesta hora amarga por

³¹ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 178/1954, p. 14, Sessão Solene e Extraordinária, em 02 abr. 1954.

³² Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 196/1954, p. 65, Sessão Ordinária, em 22 jun. 1954.

³³ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 173/1954, p. 02, Sessão Solene e Extraordinária, em 20 jan. 1954.

³⁴ Jornal *A Razão*, Santa Maria, 10 ago.1954, p. 01.

³⁵ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 210/1954, p. 110, Sessão Ordinária, em 10 ago. 1954.

que vem passando V. Excia. [...] Comunicamos outrossim [...] que na hora de lutas [...] saberemos refutar todas as infâmias, erguendo bem alto a bandeira Trabalhista, defensora da dignidade e honra que sairá incólume embate entre forças do mal e do erro, dirigidos a esse mau brasileiro que é Carlos Lacerda. (*A Razão*, 18 ago. 1954) [f.d.].

Assim, a agremiação petebista municipalista, consciente da perturbada situação política por qual passava Vargas, procurava enaltecer a figura do Presidente, ressaltando a sua importância política, enaltecendo os valores da legenda trabalhista, e censurando os seus adversários.

Nesse enfoque, os embates entre petebistas e opositores, referentes à situação administrativa e política do Brasil, abria espaço em âmbito nacional, para que o ex-presidente da República, Eurico Dutra, expusesse sua opinião dizendo ser “a favor da renúncia do Presidente Vargas, como medida de tranquilidade para a família brasileira”³⁶, entendendo que o abandono da Presidência do País por Vargas, traria tranquilidade para a Nação.

Nesse cenário, Vargas foi a público comentar sua posição frente à crise política e as indagações sobre sua permanência no poder. Assim, declarava ser ele “um presidente eleito” e que exerceria o seu mandato até o fim. Dizia, ainda, que nunca pensara em renunciar, pois representava “o princípio da legalidade”, que deveria “ser mantida em toda linha”³⁷.

Contudo, mesmo o Presidente tendo afirmado que permaneceria no poder até o fim do mandato, o cenário brasileiro foi revestido de dramaticidade quando ocorreu o suicídio de Vargas.

O reflexo em Santa Maria do suicídio do Presidente Vargas, foi revestido de brandura popular, causando tensões e desespero. Segundo AGOSTINI (2003):

[...] as escolas, o comércio, as indústrias, as repartições públicas fecharam suas portas, havendo uma movimentação intensa de populares no centro da cidade. Getulistas ou opositores políticos que chocados com o desenlace, criavam um elo de solidariedade e estarecimento, desarticulando naquele momento as pendências políticas (Depoimento de Agostini para AGOSTINI, 16 mai. 2003).

Inserem-se, nesse procedimento, que as agremiações políticas de Santa Maria, uniram-se em manifestações de pêsames, apresentando um clima de agonia e perda.

A imprensa da cidade divulgou a Sessão Solene no Legislativo Municipal, em que os vereadores e núcleos petebistas estiveram “em sessão especial dedicada a memória do presidente Getúlio Vargas”³⁸.

³⁶ Jornal *A Razão*, Santa Maria, 14 ago. 1954, p. 01.

³⁷ Jornal *A Razão*, Santa Maria, 13 ago. 1954, p. 01.

³⁸ Jornal *A Razão*, Santa Maria, 28 ago. 1952, p. 01.

Percebeu-se que o suicídio de Vargas despertou em Santa Maria reações associadas ao sentimento de pesar, não somente nos simpatizantes getulistas e representantes trabalhistas no Parlamento, mas também nas diferentes pessoas que compunham a comunidade santamariense.

Porém, o processo histórico seguia. Em sessões posteriores, a bancada trabalhista deu continuidade às análises da conjuntura política nacional, após a morte de Vargas, retratando os manifestos de nacionalismos da população brasileira. Enquanto isso, o vereador do PSB, Jorge Mottecy, afirmava: “o governo desconhece o poder do povo brasileiro, que não se deixara levar pela ação do governo e dirigirá a luta contra o imperialismo norte-americano”³⁹.

³⁹ Anais da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Ata n. 215/1954, p. 124, Sessão Ordinária, em 31 ago. 1954.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, em relação à conjuntura política brasileira 1951-1954, que o segundo governo de Vargas destacou-se, no cenário nacional, com suas propostas de cunho desenvolvimentista nacionalista, consolidando a sua proposta trabalhista e legitimando-se junto aos trabalhadores. Como resultado político, o Presidente se fortalecia por meio de seu pragmatismo, personalismo e carisma.

Nessa perspectiva, pode-se mencionar o pluripartidarismo da época, e as manifestações contrárias, expostas através dos partidos de oposição ao governo trabalhista, que era apoiado em nível nacional e regional pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

Desse modo, o PTB foi responsável por apresentar em seu programa político, um conjunto de medidas sociais, objetivando amenizar as necessidades enfrentadas pela população brasileira de menos poder aquisitivo. Entretanto, a agremiação petebista além de manter uma significativa tendência getulista pragmática, sofreu influência de outras correntes petebistas, como os Doutrinários Trabalhistas de Pasqualini e os Pragmáticos Reformistas de João Goulart, que mesclaram o pragmatismo de Vargas com a doutrina de Pasqualini, atuando com destaque no centro do PTB.

Quanto ao cenário local, percebeu-se uma efervescência política vivenciada na Câmara de Vereadores de Santa Maria 1951-1954, uma vez que a maioria da bancada, era representada pelo PTB. Porém, os embates políticos no Legislativo Municipal santa-mariense demonstraram uma atuação constante dos partidos opositores, que cobravam soluções para os problemas da comunidade, do mesmo modo que, em alguns momentos, os interesses da sociedade se sobrepuseram as questões partidárias.

Nesse sentido, na Câmara Municipal de vereadores, desenvolviam-se os embates políticos entre os trabalhistas e opositores, que discursavam, buscando alternativas para a modernização da cidade.

Nota-se que os acontecimentos e as ações trabalhistas nacionais evidenciaram uma expressiva presença de getulistas trabalhistas, na bancada petebista santa-mariense, composta por defensores convictos da política pragmática de Vargas, mas que em determinados momentos, demonstraram sofrer influência da Doutrina Trabalhista de Pasqualini, principalmente ao tratar-se de questões sociais como a educação e o distributivismo. Percebe-se essa assertiva quando a bancada trabalhista explanava na Câmara Municipal de Vereadores seus discursos, contendo diversas semelhanças com os ideais doutrinários, sobretudo em questões relacionadas às desigualdades sociais.

Nesse cenário, entende-se que Getúlio Vargas foi um personagem importante no imaginário político em Santa Maria e que sua influência, na sociedade, proporcionou à bancada trabalhista manifestar-se em apoio às propostas governamentais e defender o governo Vargas nos momentos de crise política, bem como as demais pessoas da comunidade, que saíram às ruas, comovidas e exaltadas, após a morte de Vargas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Lenir Cassel. **A política varguista e peronista e sua percepção em nível local (Santa Maria/Brasil e Santa Fé/Argentina)**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos**. História da economia do Município. Santa Maria: Palloti, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Ed. da UNB, 1998.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

CHACON, Vamirech. **História dos partidos brasileiros**. 2. ed. Brasília: Ed. da UNB, 1985.

_____. **História dos partidos brasileiros**. 3. ed. Brasília, UNB, 1988.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva; DANTAS FILHO, José: **De Getúlio a Getúlio: O Brasil de Dutra e Vargas 1945 a 1954**. São Paulo: Atual, 1991.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernandez. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

NEVES, Lucília de Almeida. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)**. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. **O pacto ABC: as relações Brasil-Argentina na década de 1950**. Passo Fundo: UPF, 1996.

RUAS, Mirian Diehl. **A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1986.

SILVA, Hélio. **1954: um tiro no coração**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

_____. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

6 FONTES PRIMÁRIAS E FONTE ORAL

AGOSTINI, Lenir Cassel. A última cartada de um estadista. *Jornal A Razão*, Santa Maria, 24 Ago. 2005.

AGOSTINI, Hylario João. **Depoimento para Lenir Cassel Agostini**, em 16 de maio de 2003, em Santa Maria, Brasil.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA. **Ata n. 237/1951.**

_____. **Atas n. 1, 2, 3, 9, 12, 13, 15, 47/1952.**

_____. **Atas n. 97, 99, 128/1953.**

_____. **Atas n. 173, 174, 178, 196, 210, 215/1954.**

Jornal A Razão. Santa Maria, 22 Set 1950.

_____. Santa Maria, 04 nov 1951.

_____. Santa Maria, 06 nov 1951.

_____. Santa Maria, 22 Mai 1952.

_____. Santa Maria, 31 Maio 1952.

_____. Santa Maria, 20 ago 1952.

_____. Santa Maria, 31 out 1952.

_____. Santa Maria, 28 Ago 1952.

_____. Santa Maria, 25 Set 1952.

_____. Santa Maria, 13 Maio 1953.

_____. 1953 [f. d.].

_____. Santa Maria, 10 Ago 1954.

_____. Santa Maria, 13 Ago 1954.

_____. Santa Maria, 14 Ago 1954.

_____. Santa Maria, 18 Ago 1954.

Jornal Diário do Estado. Santa Maria, 21 Set 1950.